



Senhores acionistas,

A economia brasileira sofreu em 2001 impactos que desaceleraram a atividade econômica. No âmbito externo as crises da economia mundial e da Argentina provocaram uma redução do fluxo de investimentos no Brasil e a desvalorização cambial, que se situou em 18,67%, enquanto a inflação medida pelo IGP-M, índice importante para o setor elétrico, devido a sua utilização no reajustamento tarifário, foi de 10,37%.

No âmbito interno foi estabelecido em junho um programa de racionamento de energia para as regiões Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte do País, em função do desequilíbrio entre a oferta e demanda de energia elétrica, provocado pela hidrologia desfavorável e também por entraves regulatórios que desestimularam investimentos para aumento da capacidade de geração. Na área de concessão da ENERSUL foi estabelecida uma meta de redução do consumo de 10% a partir de junho.

Projetava-se um ano de crescimento nas vendas de energia elétrica da empresa. Entretanto, isso não foi possível devido ao racionamento. Até o mês de maio a ENERSUL teve crescimento de 9,10%, em comparação ao mesmo período do ano anterior. Com o racionamento a redução das vendas foi de 16,37%, no período de junho a dezembro de 2001, em relação ao mesmo período de 2000, com retração expressiva de 23,78% na classe residencial. O resultado, no ano, foi uma redução de 5,78% nas vendas totais. O pagamento de bônus (estímulo concedido pelo Governo Federal para economia de energia elétrica) acima dos valores de sobretaxa (penalidades para aqueles que não cumpriram as metas), sem que houvesse reposição no ano pelo Governo Federal, trouxe efeitos financeiros negativos à empresa.

O impacto da crise energética foi amenizado com o Acordo Geral do Setor Elétrico, ocorrido no final de dezembro, após amplas negociações envolvendo os agentes do mercado e o Governo. Ele possibilitou o reconhecimento dos impactos econômico-financeiros decorrentes do racionamento, através da permissão de um aumento tarifário para fazer frente aos efeitos da crise, que vigirá pelos próximos anos, por período necessário à recuperação de parte das perdas ocorridas. A ENERSUL e as empresas afetadas reporão seus caixas através de antecipação financeira de até 90% da recomposição tarifária, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

O lado positivo da crise foi o aprofundamento e o envolvimento da sociedade na identificação e no debate das causas e o oferecimento de caminhos para a eliminação dos problemas ocorridos, de forma a reduzir os riscos de novos racionamentos de energia elétrica no País. Está em curso a discussão e a implementação de medidas de revitalização do setor elétrico nacional.

Mesmo com a redução do mercado em 2001, a ENERSUL investiu R\$ 106.382 mil, que trouxeram reflexos positivos em seus indicadores de qualidade dos serviços prestados. O índice DEC (Duração Equivalente de Interrupção ao Consumidor) caiu de 12,87 horas para 10,65 horas, com melhoria de 17,25% e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor) passou de 13,69 vezes para 10,41 vezes, com melhoria de 23,96% e o índice de Perdas caiu de 15,85% para 12,73%, com redução significativa de 19,63%.

Em 2001 a ENERSUL conquistou os seguintes prêmios:

- Prêmio ABRADÉE Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – 1º lugar na categoria de Melhor Distribuidora de Energia Elétrica da Região Norte e Centro-Oeste e o 2º lugar no quesito Qualidade da Gestão;
- Vencedora do Prêmio Fundação COGE na categoria Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas;
- Na pesquisa de clima organizacional realizado pela Hay Group foi classificada entre as cinco de melhores climas do Brasil.

Com o fim do racionamento de energia elétrica e à vista dos indicadores de final do ano, de superávit fiscal primário do setor público, superávit comercial e do fluxo de investimentos positivos que levaram a apreciação do real, estão previstas melhores perspectivas para a economia brasileira no ano 2002 e, conseqüentemente, crescimento do setor elétrico, devido à sua grande correlação com o crescimento da economia. Sabe-se, entretanto, que o consumo não retornará aos níveis anteriores já que novos hábitos foram incorporados, assim como a utilização de equipamentos mais eficientes. A ENERSUL continuará investindo na manutenção, melhoria e expansão dos serviços prestados.

Dirigimos agradecimentos aos gerentes, empregados e parceiros da ENERSUL pelo desempenho satisfatório atingido em um ano atípico com crise na economia mundial e racionamento da energia elétrica.

Fernando Noronha Leal – Presidente do Conselho de Administração

COMPORTEAMENTO DO MERCADO REQUISITOS DO SISTEMA

A energia requerida pelo sistema da ENERSUL foi de 3.062.084 MWh, representando uma redução de 9,2% em relação ao ano anterior, quando tinha sido de 3.370.437 MWh.

Para atender o mercado a ENERSUL utilizou-se de 228.664 MWh de geração própria e de 2.833.420 MWh adquiridos de outras empresas.

A demanda máxima do sistema, em 2001 foi de 578,5 MWh/h, contra 573,3 MWh/h no ano anterior, representando um acréscimo de 0,9%.

ENERGIA VENDIDA

O total de energia vendida em 2001 foi de 2.672.363 MWh, representando uma redução de 5,8% em relação ao ano anterior. Esta redução foi ocasionada pelo plano de racionamento de energia implementado a partir de 4 de junho de 2001.

A evolução por classe de consumo foi a seguinte:

	2001			2000			Variação 2001/2000
	MWh	Vendas	Participação no total (%)	MWh	Vendas	Participação no total (%)	
FORNECIMENTO							
Residencial	868.799	32,5	41,6	977.160	34,4	43,6	(11,1)
Industrial	617.742	23,1	15,7	592.886	20,9	14,2	4,2
Comercial	522.771	19,6	22,0	557.514	19,7	21,8	(6,2)
Rural	250.648	9,4	6,6	265.840	9,4	6,2	(5,7)
Outras	387.564	14,5	11,1	417.628	14,7	11,1	(7,2)
TOTAL	2.647.524	99,1	97,0	2.811.028	99,1	96,9	(5,8)
SUPRIMENTO ...	24.839	0,9	3,0	25.389	0,9	3,1	(2,2)
TOTAL	2.672.363	100,0	100,0	2.836.417	100,0	100,0	(5,8)

(*) Não auditado.

Ao encerrar o exercício de 2001, a ENERSUL tinha 572.323 clientes, um acréscimo de 6,6% em relação ao ano anterior.

TARIFAS

O contrato de concessão da ENERSUL estabelece três tipos de ajustamento tarifário – um reajustamento anual, na data de aniversário de concessão, um reajustamento extraordinário, destinado a restabelecer o equilíbrio econômico financeiro do contrato e uma revisão tarifária a cada 5 anos. Em 2003 ocorrerá a primeira revisão, desde que a empresa for privatizada.

Em 7 de abril de 2002, através da Resolução nº 124, de 05/04/01, a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, fixou o reajustamento tarifário anual em 18,24%, sendo que, aproximadamente, 13,24% foram referentes aos custos não gerenciáveis pela Empresa tais como COFINS, RGR, CCC e energia comprada.

Em 27 de dezembro de 2001, em decorrência das perdas ocasionadas pelo Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, foi autorizada uma recomposição tarifária extraordinária de 2,9% para os clientes residenciais e rurais de baixa tensão e de 7,9% para os demais clientes, não sendo aplicado nenhum reajuste para os clientes classificados como baixa renda.

INDICADORES DE PERFORMANCE

Os principais indicadores utilizados pelo setor elétrico para medir a qualidade dos serviços prestados tiveram o seguinte desempenho:

O DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor teve uma melhoria de 17,2%, passando de 12,87 horas em 2000 para 10,65 horas por cliente por ano em 2001. O DEC é um

indicador destinado a medir o tempo médio em que o cliente permanece sem o fornecimento de energia elétrica.

O FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor teve uma melhoria de 24,0%, passando de 13,69 vezes por cliente por ano para 10,41. O FEC é um indicador destinado a medir o número médio de interrupção que o cliente permanece sem o fornecimento de energia elétrica.

O TMA – Tempo Médio de Atendimento não teve uma performance satisfatória em 2001, pois aumentou de 61 para 64 minutos o intervalo entre uma reclamação de interrupção e o seu restabelecimento. Este aumento deveu-se à implantação de telefone gratuito (0800) em toda área de concessão, para que os clientes pudessem se comunicar com a empresa de forma mais rápida e durante 24 horas, principalmente no interior do Estado, que até então necessitavam fazê-lo por escrito e somente nos dias úteis.

ISC - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE

A ENERSUL vem acompanhando de forma sistematizada, desde 1996, a opinião de seus clientes sobre a qualidade do fornecimento de energia elétrica e dos serviços que presta.

A aferição anual feita pela ENERSUL – efetuada por instituto de pesquisa independente – mostrou, em 2001, um índice de aprovação de seus clientes de 82,63%, considerando a soma das avaliações ótima e boa, contra 80,35% no ano anterior.

PERDAS

As perdas de energia tiveram uma redução em 2001 em relação ao ano anterior. Elas passaram de 15,84% para 12,73%. Esta redução foi decorrente da nova topologia do sistema elétrico que apresenta melhor desempenho com o suprimento pela UTE Willian Arjona em Campo Grande e de ações levadas a efeito durante o ano visando o combate a perdas comerciais.

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

O programa de investimentos em 2001 totalizou R\$ 106.382 mil. O investimento direcionado para melhoria ou ampliação da infra-estrutura totalizou R\$ 79.882 mil. Está incluído o valor de R\$ 29.142 mil referente a adiantamentos para a aquisição da turbina a ser utilizada na Usina Térmica de Campo Grande.

ATENDIMENTO AO CLIENTE

A Central de Atendimento a Clientes ("call center") foi ampliada em 2001, com a centralização em um único canal de comunicação do leque de serviços, ou seja, atendimento de emergência, reclamações e serviços comerciais, disponível durante 24 horas em todos os dias. Em 2001 foram feitos 1.500.000 tele-atendimentos, 16% a mais do que no ano anterior. Deste total, cerca de 256.000 foram feitos pela URA – Unidade de Resposta Auditável, de forma automatizada.

Em 2001 os clientes da ENERSUL tiveram mais uma opção de solicitação de serviços e comunicação com a empresa, utilizando-se para isso a página da ENERSUL na Internet. De forma a facilitar as solicitações de serviços a ENERSUL mantém permanentemente atualizada sua página www.enersul.com.br.

Em 2001 a ENERSUL adotou um novo modelo de conta/fatura de energia elétrica. O novo modelo além de atender as exigências estabelecidas pela ANEEL, fornece mais informações aos clientes e serve como um meio eficiente de divulgação e informação.

RECURSOS HUMANOS

Em 2001, a ENERSUL conquistou a segunda colocação do Prêmio ABRADÉE, em Qualidade de Gestão, cuja primeira colocação foi obtida pela ESCELSA.

A empresa foi vencedora do Prêmio Fundação COGE na categoria Gestão de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas.

A ENERSUL competiu apresentando o projeto "Desenvolvimento de Pessoas na ENERSUL – Um caso de Sucesso", um projeto sobre as ações que vem desenvolvendo para os empregados. Instituído este ano, o Prêmio destina-se a divulgar projetos bem-sucedidos em áreas de atuação que envolvam as empresas e as comunidades onde atuam. A Fundação COGE foi fundada em 1998 e é constituída por 35 instituições brasileiras do setor de energia elétrica. Sua função básica é promover o aprimoramento da gestão empresarial, além de estar comprometida com o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade.

Pelo segundo ano consecutivo a ENERSUL foi classificada entre os 5 Melhores Práticas de Clima Organizacional, tendo em 2001 conquistado o 4º lugar nacional entre os Melhores Climas.

O quadro de pessoal no encerramento de 2001 era de 978 empregados, 4,5% menos do que em 2000.

TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

A avaliação positiva da primeira promoção do Curso de Educação Continuada em Gestão pela Qualidade Total, em nível de pós-graduação, com carga horária de 360, promovido em 1999 e 2000, foi estímulo para compor a segunda turma, iniciada este ano. O curso é conduzido pelo Escritório da Qualidade em conjunto com a área de Recursos Humanos e conta a participação com 66 empregados da ENERSUL e 5 da Fundação Enersul. O Curso é ministrado por profissionais da ESCELSA, da ENERSUL e de professores externos convidados.

Como suporte às atividades das diversas áreas da empresa e visando possibilitar aos empregados melhor desempenho de suas ocupações, foram promovidos 312 eventos de treinamento e desenvolvimento. Os programas foram estruturados com base nas necessidades de desenvolvimento de competências nas habilidades básicas, específicas e de gestão considerando diagnóstico feito por supervisores e gerentes, indicadores de recursos humanos e as diretrizes empresariais. Das 312 promoções realizadas, 83 foram de fontes externas.

Através da atuação de empregados como instrutores, 229 eventos foram realizados internamente. Estas ações, além de reduzir custos contribuíram para o crescimento das pessoas na dimensão técnica, através do repasse de conhecimentos e experiências e na humana, pela integração entre pessoas, propiciada pelo ambiente de treinamento.

Estas 312 promoções tiveram o número de 5.762 participações, com 75.641 horas de treinamento, o que equivale a 77,34 horas de treinamento por empregado.

SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

Os procedimentos adotados pela empresa em Segurança e Medicina do Trabalho demonstram que o número de acidentes vem caindo a cada ano e que a taxa de gravidade dos acidentes segue a mesma tendência.

No ano de 2001 foram registrados 9 acidentes com empregados. A taxa de gravidade caiu de 588 em 2000 para 341 em 2001.

A empresa também vem atuando junto aos prestadores de serviços, exigindo que os mesmos conceitos preventivos utilizados por ela sejam aplicados a seus empregados, tendo inclusive como diretriz de somente credenciar o prestador de serviço a receber Ordens de serviço, após a certificação de atendimento aos itens de segurança.

MERCADO DE CAPITAIS

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em 31 de dezembro de 2001 o capital social da ENERSUL era de R\$ 463.415 mil, representado por 20.754.648 mil ações ordinárias, 342.126 mil ações preferenciais "A" e 32.040.238 mil ações preferenciais "B", com a seguinte composição acionária:

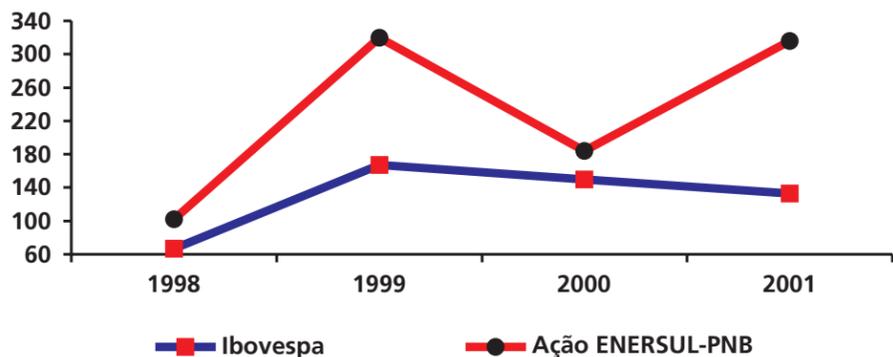
Acionista	Quantidade de ações				Em mil ações % de participação
	ON	PNA	PNB	Total	
Magistra Participações S.A.	18.235.394	261.354	16.147.717	34.644.465	65,20
Cypress Corporation	710.321	9.996	9.864.071	10.584.388	19,92
Pacific Overseas Corporation Ltd.	1.281.536	-	3.983.721	5.265.257	9,91
Outros	527.397	70.776	2.044.729	2.642.902	4,97
TOTAL	20.754.648	342.126	32.040.238	53.137.012	100,00

COMPORTEAMENTO DOS TÍTULOS NO MERCADO

Em 2001 as ações mais negociadas, as preferenciais "B", – ENER6 – estiveram presentes em 30 pregões da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, tendo sido realizado 107 negócios com um volume de negociação de 404.741 ações, equivalente a R\$ 3.492 mil.

As ações PNB fecharam o ano cotadas a R\$ 15,50 ação, enquanto que no ano anterior a última cotação tinha sido de R\$ 9,00.

Continua...



RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A política de relações com investidores da ENERSUL é de um aperfeiçoamento constante das informações a eles prestadas, assegurando a sua disponibilização com periodicidade desejada, formatação adequada, com correção e maior transparência possível. O objetivo é estabelecer um relacionamento mais estreito com os analistas e investidores nacionais e internacionais. Para facilitar a comunicação, a página na Internet – www.enersul.com.br – é mantida permanente atualizada, disponibilizando com maior rapidez os últimos dados sobre a empresa.

ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

RESULTADO DO SERVIÇO

O resultado do serviço de energia elétrica em 2001, foi de R\$ 120.889 mil, enquanto que no mesmo período do ano anterior, alcançou R\$ 38.758 mil. Este resultado proporcionou um LAJIDA (EBITDA) de R\$ 167.183 mil, equivalente a uma margem LAJIDA (EBITDA) de 34,6%.

Na composição do resultado do serviço podemos destacar:

RECEITA OPERACIONAL

A receita operacional bruta do exercício de 2001 alcançou o montante de R\$ 593.239 mil, superior em 33,4% à obtida no ano anterior. Em sua formação a receita de fornecimento de energia elétrica, em 2001 foi de R\$ 531.449 mil, superior em 26,3% à obtida no ano anterior. Este valor inclui R\$ 88.893 mil referente à receita decorrente da recomposição tarifária extraordinária.

CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais, compreendendo custos operacionais mais a quota para reserva global de reversão -RGR, aumentaram de R\$ 314.137 mil em 2000 para R\$ 372.956 mil em 2001.

Os custos operacionais que a empresa não tem controle, tais como energia comprada, transporte de potência elétrica, quotas para reserva global de reversão, compensação financeira pela utilização de recursos hídricos e conta de consumo de combustível aumentaram de R\$ 185.303 mil para R\$ 229.245 mil, equivalente a 23,7%.

Os custos operacionais controláveis pela empresa, compreendendo pessoal, material, serviços de terceiros e outras despesas aumentaram de R\$ 86.136 mil para R\$ 97.417 mil, equivalente a 13,1% e a depreciação aumentou 8,4%, passando de R\$ 42.698 mil para R\$ 46.294 mil.

O aumento dos custos controláveis foram decorrentes de mudança de critérios e metodologia de cálculo de provisões para conta de devedores duvidosos, que gerou um valor de R\$ 10.371 mil superior ao ano anterior. Eliminando este efeito, os custos controláveis teriam um crescimento de apenas 1,0%.

Foram transferidos para "Despesas Pagas Antecipadamente" no Ativo Circulante ou Realizável a Longo Prazo o valor resultante da "Parcela A" (custos não controláveis), sem cobertura tarifária, no montante de R\$ 35.874 mil.

Custos Controláveis	R\$ mil		
	CONTROLADORA		
	Doze meses findos em 31 de dezembro		
	2001	2000	Variação %
Pessoal	44.648	44.954	(0,7)
Material	6.196	6.413	(3,4)
Combustível	6.679	1.777	275,9
Serviço de terceiro	22.124	23.523	(5,9)
Outros	17.770	9.469	87,7
TOTAL DOS CUSTOS CONTROLÁVEIS	97.417	86.136	13,1
Depreciação	46.294	42.698	8,4
TOTAL DOS CUSTOS CONTROLÁVEIS	143.711	128.834	11,5
Custos Não Controláveis			
Energia comprada.....	199.681	155.095	28,7
CCC	18.132	19.152	(5,3)
Compensação financeira	359	248	44,8
Taxa de fiscalização da ANEEL	910	779	16,8
RGR	10.163	10.029	1,3
TOTAL DOS CUSTOS NÃO CONTROLÁVEIS	229.245	185.303	23,7
TOTAL	372.956	314.137	18,7

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro em 2001 foi negativo em R\$ 44.980 mil, enquanto que no ano anterior foi negativo de R\$ 22.724 mil. Este resultado foi devido, principalmente, pelo efeito da variação cambial sobre dívidas em moeda estrangeira, uma vez que a cotação do dólar atingiu a R\$ 2,3204 em 31 de dezembro de 2001, enquanto que em 31 de dezembro de 2000 havia sido de R\$ 1,9554.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Os fatores mencionados anteriormente foram responsáveis pelo lucro líquido do exercício de R\$ 46.970 mil.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2001 (*)	%	2000 (*)	%
1 - RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	593.239		444.776	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.030)		(1.659)	
Não operacionais	(3.296)		688	
	577.913		443.805	
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo da energia comprada e transporte de energia elétrica.....	(199.681)		(155.095)	
Serviços de terceiros.....	(22.124)		(23.523)	
Materiais	(6.196)		(6.413)	
Combustível p/produção de energia elétrica.....	(6.679)		(1.777)	
Outros custos operacionais.....	(4.147)		(5.962)	
	(238.827)		(192.770)	
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	339.086		251.035	
4 - DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO/EXAUSTÃO	(46.294)		(42.698)	
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	292.792		208.337	
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	1.086		1.057	
Receitas financeiras	23.556		22.857	
	24.642		23.914	

	2001 (*)	%	2000 (*)	%
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	317.434		232.251	
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal, encargos e benefícios	37.012	12%	37.135	16%
Impostos, taxas e contribuições	163.250	51%	135.992	59%
Juros e aluguéis	70.202	22%	47.382	20%
Dividendos	11.155	4%	2.789	1%
Lucros retidos	35.815	11%	8.953	4%
	317.434	100%	232.251	100%

(*) Não auditado

BALANÇO SOCIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2001 (*)	2000 (*)
1 - BASES DE CÁLCULO		
1.1 - Faturamento bruto	593.239	444.776
1.2 - Lucro operacional	76.995	17.091
1.3 - Folha de pagamento bruta.....	44.539	44.782

	2001 (*)		2000 (*)	
	Valor	% do item 1.3	Valor	% do item 1.2
2 - INDICADORES LABORAIS				
2.1 - Alimentação	1.750	3,93	2,27	1,810
2.2 - Encargos sociais compulsórios.....	10.108	22,69	13,13	10.193
2.3 - Previdência privada	1.888	4,24	2,45	1.884
2.4 - Saúde	1.544	3,47	2,01	1.621
2.5 - Educação.....	1.007	2,26	1,31	1.032
2.6 - Participação nos lucros ou resultados	5.108	11,47	6,63	3.419
2.7 - Outros benefícios	1.106	2,48	1,44	1.059
Total - Indicadores laboriais	22.511	50,54	29,24	21.018
				46,92
				122,97

3 - INDICADORES SOCIAIS

3.1 - Impostos (excluídos encargos sociais)	128.932	289,48	167,46	100.954	225,43	590,69
3.2 - Contribuição p/ a Sociedade/ Invest. na Cidadania.....	13.280	29,82	17,25	5.011	11,19	29,32
3.3 - Investimentos em meio ambiente.....	1.898	4,26	2,47	692	1,55	4,05
Total - Indicadores sociais	144.110	323,56	187,18	106.657	238,17	624,06

4 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL

4.1 - Nº empregados ao final do exercício	978	1.022
4.2 - Nº de admissões durante o exercício	33	37

(*) Não auditado

OS NÚMEROS DA ENERSUL

	Controladora	
	2001	2000
DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS		
Receita operacional bruta (R\$ mil).....	593.239	444.776
Receita operacional líquida (R\$ mil)	483.682	342.866
Resultado do Serviço (R\$ mil)	120.889	38.758
Lucro do exercício (R\$ mil)	46.970	11.742
LAJIDA (EBITDA) (R\$ mil)	167.183	81.456
Ativo total (R\$ mil).....	1.189.702	1.000.265
Patrimônio líquido (R\$ mil).....	519.927	481.898
Número de ações (mil ações)	53.137.012	53.137.012
Valor Patrimonial por ação (R\$)	9,78	9,07
Cotação das ações ordinárias nominativas - ON (R\$/lote mil)	15,00	9,00
Cotação das ações preferenciais nominativas classe A - PNA (R\$/lote mil).....	8,01	8,01
Cotação das ações preferenciais nominativas classe B - PNB (R\$/lote mil)	15,50	9,00
Valor de mercado da empresa (R\$ mil) (*).....	810.864	477.894

INDICADORES

Margem operacional (%).....	24,99	11,30
LAJIDA (EBITDA) margem (%)	34,56	23,76
Despesa de pessoal + serviços de terceiros/ receita operacional líquida (%) (*)	13,80	19,97
Perdas de energia (%) (*)	12,73	15,84
DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (horas) (*).....	10,65	12,87
FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (Nº) (*).....	10,41	13,69
TMA - Tempo Médio de Atendimento (*)	64	61
Número de clientes por empregado (*).....	585	529

MERCADO (*)

Demanda máxima do sistema - MWh/h	578,5	573,0
Energia Vendida - MWh	2.672.363	2.836.417
Número de clientes	572.323	541.093
Consumo médio residencial (KWh/ano).....	1.897	2.177
Tarifa média de fornecimento - R\$/MWh.....	137,09	121,35
Custo médio de compra de energia - R\$/MWh.....	70,47	47,33

RECURSOS HUMANOS (*)

Número de empregados	978	1.022
Número de estagiários	26	28
Despesa de pessoal (R\$ mil)	44.648	44.954
Despesa de pessoal + serviços de terceiros (R\$ mil).....	66.772	68.477

(*) Não auditado

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado		
	2001	2000	2001	2000		2001	2000	2001	2000	
ATIVO										
CIRCULANTE										
Numerário disponível.....	1.555	3.411	1.556	3.412	PASSIVO					
Títulos e valores mobiliários.....	31	1.129	63	1.543		CIRCULANTE				
Consumidores e concessionários.....	130.474	63.135	130.474	63.135		Fornecedores.....	42.735	32.119	42.423	31.777
Consumidores – Parcelamento de débitos.....	9.299	7.415	9.299	7.415		Folha de pagamento.....	590	526	590	526
Devedores diversos.....	10.598	8.821	10.598	8.617		Encargos de dívidas.....	4.194	2.963	4.326	3.062
Créditos fiscais.....	787	665	787	665		Empréstimos e financiamentos.....	178.180	68.333	178.782	69.022
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa.....	(10.949)	(3.538)	(10.949)	(3.538)		Encargos do consumidor a recolher.....	4.859	6.857	4.859	6.857
Estoque.....	2.441	2.474	2.777	2.840		Tributos e contribuições sociais.....	19.484	13.038	19.553	13.078
Contas a receber – UTE de Campo Grande.....	-	4.414	-	4.414		Dividendos declarados.....	11.161	2.793	11.161	2.989
Outros créditos.....	5.858	9.539	5.819	9.501		Obrigações estimadas folha de pagamento.....	9.659	4.290	9.659	4.313
Despesas pagas antecipadamente.....	2.481	-	2.485	-		Outros.....	2.505	8.921	2.651	9.059
	152.575	97.465	152.909	98.004		273.367	139.840	274.004	140.683	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO										
Consumidores e concessionários.....	68.479	-	68.479	-		EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Regime especial de tarifação.....	17.164	-	17.164	-		Fornecedores.....	23.361	-	23.361	-
Contas a receber – UTE de Campo Grande.....	-	30.054	-	30.054		Regime especial de tarifação.....	5.352	-	5.352	-
Valores em caução.....	3.613	2.831	3.613	2.831	Encargos de dívidas.....	1.289	-	1.289	-	
Depósitos vinculados a litígios.....	15.681	10.963	15.681	10.963	Empréstimos e financiamentos.....	242.211	226.332	246.964	231.518	
Créditos fiscais.....	109.242	135.970	109.242	135.970	Provisão para contingências.....	27.526	23.956	27.526	23.956	
Outros.....	8.975	2.400	8.975	2.400	Coligadas e controladas ou controladoras.....	2.630	45.736	2.630	45.736	
Despesas pagas antecipadamente.....	33.393	-	33.393	-	Outros.....	3.742	2.436	3.742	2.436	
	256.547	182.218	256.547	182.218	306.111	298.460	310.864	303.646		
PERMANENTE										
Investimentos.....	9.525	9.398	44	44	Obrigações vinculadas à concessão.....	90.297	80.067	90.297	80.067	
Imobilizado.....	771.055	711.184	794.778	735.092	396.408	378.527	401.161	383.713		
	780.580	720.582	794.822	735.136	PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA					
TOTAL DO ATIVO										
	1.189.702	1.000.265	1.204.278	1.015.358	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
					Capital social.....	463.415	463.415	463.415	463.415	
					Reserva de capital.....	11.219	9.005	11.219	9.005	
					Reservas de lucros.....	45.293	9.478	45.293	9.478	
					519.927	481.898	519.927	481.898		
					TOTAL DO PASSIVO					
					1.189.702	1.000.265	1.204.278	1.015.358		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento de energia elétrica.....	531.449	420.807	531.449	420.807
Suprimento de energia elétrica.....	49.782	13.382	49.782	13.382
Outras receitas.....	12.008	10.587	12.008	10.587
	593.239	444.776	593.239	444.776
Deduções à receita operacional				
Quota para Reserva Global de Reversão.....	(10.163)	(10.029)	(10.163)	(10.029)
I.C.M.S. sobre energia elétrica.....	(78.714)	(75.675)	(78.714)	(75.675)
PIS e COFINS.....	(20.669)	(16.195)	(20.836)	(16.355)
Outros.....	(11)	(11)	(11)	(11)
	(109.557)	(101.910)	(109.724)	(102.070)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	483.682	342.866	483.515	342.706
RECEITA (DESPESA) OPERACIONAL				
Pessoal.....	(44.648)	(44.954)	(44.648)	(44.954)
Material.....	(6.196)	(6.413)	(6.226)	(6.433)
Serviços de terceiros.....	(22.124)	(23.523)	(22.723)	(24.090)
Combustível e água para produção de energia elétrica.....	(6.679)	(1.777)	(6.679)	(1.777)
Compensação financeira para utilização de recursos hídricos.....	(359)	(248)	(444)	(304)
Energia elétrica comprada para revenda.....	(166.569)	(124.201)	(161.997)	(119.803)
Transporte de potência elétrica.....	(33.112)	(30.894)	(33.112)	(30.894)
Quota para a conta de consumo de combustível.....	(18.132)	(19.152)	(18.132)	(19.152)
Depreciação e amortização.....	(46.294)	(42.698)	(47.053)	(43.455)
Provisão para contingências.....	78	(2.639)	78	(2.639)
Outras despesas.....	(18.758)	(7.609)	(18.779)	(7.639)
	(362.793)	(304.108)	(359.715)	(301.140)
RESULTADO DO SERVIÇO	120.889	38.758	123.800	41.566
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL				
RECEITAS FINANCEIRAS	1.086	1.057	-	-
Renda de aplicações financeiras.....	151	13.611	194	13.679
Variação monetária e acréscimo moratório – energia vendida.....	4.288	4.257	4.288	4.257
Outras.....	19.117	4.989	19.117	4.989
	23.556	22.857	23.599	22.925
DESPESAS FINANCEIRAS				
Variação monetária e acréscimo moratório – energia comprada.....	-	(625)	-	(625)
Varição monetária de empréstimos e financiamentos.....	(30.256)	(10.721)	(30.424)	(10.838)
Encargos de dívidas.....	(33.622)	(31.956)	(34.131)	(32.474)
Outras.....	(4.658)	(2.279)	(4.675)	(2.307)
	(68.536)	(45.581)	(69.230)	(46.244)
RESULTADO FINANCEIRO	(44.980)	(22.724)	(45.631)	(23.319)
RESULTADO OPERACIONAL	76.995	17.091	78.169	18.247
RECEITA NÃO OPERACIONAL.....	1.215	4.507	1.215	4.507
DESPESA NÃO OPERACIONAL.....	(4.511)	(3.819)	(4.511)	(3.819)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(3.296)	688	(3.296)	688
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA				
Contribuição social diferido.....	73.699	17.779	74.873	18.935
Imposto de renda diferido.....	(7.206)	(1.314)	(7.258)	(1.371)
	(19.523)	(4.723)	(19.602)	(4.806)
	46.970	11.742	48.013	12.758
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NO RESULTADO.				
	-	-	(1.043)	(1.016)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	46.970	11.742	46.970	11.742
Lucro líquido em R\$ por lote de 1.000 ações	0,88	0,22	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
ORIGENS				
Das Operações				
Lucro líquido do exercício.....	46.970	11.742	46.970	11.742
Despesas (receitas) que não afetam o cap. circulante líquido:				
Varição monetária, cambial e encargos de longo prazo.....	29.294	26.822	29.294	26.822
Depreciação e amortização.....	46.294	42.698	47.053	43.455
Ativo regulatório.....	(45.118)	-	(45.118)	-
Bens baixados.....	3.987	4.586	3.987	4.586
Créditos fiscais.....	26.729	6.037	26.729	6.037
Equivalência patrimonial.....	(1.086)	(1.057)	-	-
Participação minoritária no resultado.....	-	-	1.043	1.016
Provisão para contingências.....	(78)	2.639	(78)	2.639
	106.992	93.467	109.880	96.297
De Partes Relacionadas				
Dividendos de controladas.....	959	1.540	-	-
	959	1.540	-	-
De Terceiros				
Empréstimos e financiamentos.....	34.757	64.871	34.324	64.302
Redução do realizável a longo prazo.....	18.759	2.088	18.759	2.088
Contribuição do consumidor e doações.....	10.230	1.522	10.230	1.522
Outros.....	3.630	3.604	3.630	3.604
	67.376	72.085	66.943	71.516
Total das Origens	175.327	167.092	176.823	167.813
APLICAÇÕES				
Regime especial de tarifação.....	11.812	-	11.812	-
Despesas pagas antecipadamente.....	33.393	-	33.393	-
No imobilizado.....	106.382	89.432	106.956	89.500
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante.....	43.765	31.122	43.765	31.122
Coligadas e controladas ou controladoras.....	47.237	88.783	47.237	88.783
Dividendos propostos.....	11.155	2.789	12.076	4.269
	253.744	212.126	255.239	213.674
Redução do capital circulante líquido	(78.417)	(45.034)	(78.416)	(45.861)
Demonstração da Variação do Capital Circulante Líquido				
Ativo Circulante				
No início do exercício.....	97.465	115.308	98.004	116.502
No fim do exercício.....	152.575	97.465	152.909	98.004
	55.110	(17.843)	54.905	(18.498)
Passivo Circulante				
No início do exercício.....	139.840	112.649	140.683	113.320
No fim do exercício.....	273.367	139.840	274.004	140.683
	133.527	27.191	133.321	27.363
Redução do capital circulante líquido	(78.417)	(45.034)	(78.416)	(45.861)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999	463.415	9.005	-	-	472.420
Reversão de dividendos anteriores a 1987	-	-	525	-	525
Lucro líquido do exercício	-	-	-	11.742	11.742
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	-	587	(587)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,05 por mil ações)	-	-	-	(2.789)	(2.789)
Reserva de retenção de lucros	-	-	8.366	(8.366)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000	463.415	9.005	9.478	-	481.898
Juros de obras em andamento	-	2.214	-	-	2.214
Lucro líquido do exercício	-	-	-	46.970	46.970
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	-	2.349	(2.349)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,21 por mil ações)	-	-	-	(11.155)	(11.155)
Reserva de retenção de lucros (*)	-	-	33.466	(33.466)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001	463.415	11.219	45.293	-	519.927

(*) A retenção de lucros foi feita com base no Artigo 196, da Lei nº 6.404/76 e se destina à cobertura de parte do Programa de Investimentos, integrante do Orçamento a ser submetido à aprovação da AGO.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Das Operações –				
Lucro líquido do exercício	46.970	11.742	46.970	11.742
Ajustes para reconciliação do lucro líquido às atividades oriundas de:				
Atividades operacionais –				
Variação monetária, cambial e encargos de longo prazo	29.294	26.822	29.294	26.822
Depreciação e amortização	46.294	42.698	47.053	43.455
Ativo regulatório	(66.675)	-	(66.675)	-
Bens baixados	3.987	4.586	3.987	4.586
Equivalência patrimonial	(1.086)	(1.057)	-	-
Contingências	(78)	2.639	(78)	2.639
Participação minoritária no resultado	-	-	1.043	1.016
Créditos fiscais	26.728	6.037	26.728	6.037
	85.434	93.467	88.322	96.297
Variações em ativos e passivos circulantes –				
Consumidores e revendedores	(38.371)	(15.739)	(38.371)	(15.739)
Devedores diversos	(1.899)	(3.109)	(1.899)	(3.109)
Estoque	33	2.346	63	2.235
Outros créditos	6.211	2.251	6.283	2.250
Despesas antecipadas	(2.481)	-	(2.481)	-
Fornecedores	10.616	6.947	10.571	6.906
Folha de pagamento	64	121	64	121
Tributos e contribuições sociais	6.446	1.460	6.451	1.476
Obrigações estimadas	(8)	149	(6)	141
Encargos do consumidor	(1.998)	752	(1.998)	752
Dividendos	-	-	(400)	-
Outros	(1.039)	(770)	(1.032)	(771)
	(22.426)	(5.592)	(22.755)	(5.738)
Variações em ativos e passivos não circulantes –				
Cauções e depósitos vinculados	(4.720)	(4.574)	(4.720)	(4.574)
Regime especial de tarifação	(11.812)	-	(11.812)	-
Despesas antecipadas	(33.393)	-	(33.393)	-
Contas a receber UTE Campo Grande	30.054	879	30.054	879
Outros	(2.944)	10.721	(2.944)	9.385
	(22.815)	7.026	(22.815)	5.690
Disponibilidades oriundas de atividades operacionais	40.193	94.901	42.752	96.249
Atividades de investimento –				
Adições ao imobilizado	(106.382)	(89.432)	(106.956)	(89.500)
Adições ao investimento	959	-	-	-
Contribuições do consumidor e doações	10.230	1.522	10.230	1.522
Disponibilidades aplicadas em atividades de investimento	(95.193)	(87.910)	(96.726)	(87.978)
Atividades de financiamento –				
Empréstimos e financiamentos	99.550	49.893	99.030	49.337
Encargos de dívida	2.520	(399)	2.553	(402)
Coligadas e controladas ou controladoras	(47.237)	(88.783)	(47.237)	(88.783)
Dividendos	(2.787)	-	(3.708)	(1.284)
Disponibilidades oriundas de atividades de financiamento	52.046	(39.289)	50.638	(41.132)
Redução líquida nas disponibilidades	(2.954)	(32.298)	(3.336)	(32.861)
Disponibilidades no início do período	4.540	36.838	4.955	37.816
Disponibilidades no fim do período	1.586	4.540	1.619	4.955
	(2.954)	(32.298)	(3.336)	(32.861)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR ATIVIDADE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Produção (*)		Distribuição (*)		Total	
	2001	2000	2001	2000	2001	2000
RECEITA OPERACIONAL						
Fornecimento de energia elétrica	16.243	12.472	515.206	408.335	531.449	420.807
Suprimento de energia elétrica..	-	-	49.782	13.382	49.782	13.382
Outras	5.990	1.566	6.018	9.021	12.008	10.587
	22.233	14.038	571.006	430.738	593.239	444.776
Deduções à receita operacional						
Quota para Reserva Global de Reversão	(487)	(307)	(9.676)	(9.722)	(10.163)	(10.029)
Impostos e contribuições sobre a receita	-	-	(99.394)	(91.881)	(99.394)	(91.881)
	(487)	(307)	(109.070)	(101.603)	(109.557)	(101.910)
Receita operacional líquida	21.746	13.731	461.936	329.135	483.682	342.866
DESPESA OPERACIONAL						
Pessoal	(1.397)	(1.160)	(43.251)	(43.794)	(44.648)	(44.954)
Material	(401)	(385)	(5.795)	(6.028)	(6.196)	(6.413)
Combustível para produção de energia elétrica	(6.679)	(1.777)	-	-	(6.679)	(1.777)
Serviços de terceiros	(545)	(397)	(21.579)	(23.126)	(22.124)	(23.523)
Compensação financ. p/ utilização de recursos hídricos	(359)	(248)	-	-	(359)	(248)
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(166.569)	(124.201)	(166.569)	(124.201)
Transporte de potência elétrica	-	-	(33.112)	(30.894)	(33.112)	(30.894)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível	-	-	(18.132)	(19.152)	(18.132)	(19.152)
Depreciação e amortização	(1.751)	(1.628)	(44.543)	(41.070)	(46.294)	(42.698)
Provisão para contingências	(13)	(95)	91	(2.544)	78	(2.639)
Outras despesas	(108)	(104)	(18.650)	(7.505)	(18.758)	(7.609)
	(11.253)	(5.794)	(351.540)	(298.314)	(362.793)	(304.108)
RESULTADO DO SERVIÇO	10.493	7.937	110.396	30.821	120.889	38.758
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	30	26	1.056	1.031	1.086	1.057
RESULTADO FINANCEIRO	(1.498)	(837)	(43.482)	(21.887)	(44.980)	(22.724)
RESULTADO OPERACIONAL	9.025	7.126	67.970	9.965	76.995	17.091
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	26	92	(3.322)	596	(3.296)	688
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA C. SOCIAL E I. DE RENDA	9.051	7.218	64.648	10.561	73.699	17.779
Contribuição social	(815)	(539)	(6.391)	(775)	(7.206)	(1.314)
Imposto de renda	(2.263)	(1.936)	(17.260)	(2.787)	(19.523)	(4.723)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5.973	4.743	40.997	6.999	46.970	11.742
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES – R\$	0,11	0,09	0,77	0,13	0,88	0,22

(*) Não auditado

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000 (Valores expressos em milhares de reais exceto quando mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A EMPRESA ENERGÉTICA DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – ENERSUL, é uma sociedade anônima, de capital aberto, que atua na geração e distribuição de energia elétrica no Estado de Mato Grosso do Sul, atendendo a 72 dos 77 municípios dentro dos 330 mil km² da área de concessão, o que representa cerca de 92% da área total do Estado. Participa, ainda, como acionista majoritário da empresa Costa Rica Energética Ltda., empresa responsável pela construção e operação da UHE Costa Rica. A ENERSUL tem como acionista majoritário a MAGISTRA Participações S.A., empresa controlada pela Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. – ESCELSA. A Enersul vem desenvolvendo ações para captação de recursos de longo prazo, junto a agências de fomento, bancos nacionais e internacionais, objetivando fazer face à posição de capital de giro existente em 31 de dezembro de 2001 e melhorar o perfil de sua dívida, especialmente quanto a custo e prazo. Foi concedido à Companhia as seguintes linhas de créditos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES:

- Adiantamento de R\$ 71.553 referente a 90% das perdas do racionamento (junho/01 a fevereiro/02), a serem amortizados pela recomposição tarifária extraordinária, dos quais já foram liberados R\$ 22.010 em 2002;
- Financiamento da ordem de R\$ 33.000 para programa de investimento de obras relativo ao período de 2001 a 2003;
- A Câmara de Gestão da Crise autorizou, através da Resolução 123/GCE, de 15/03/2002, o

financiamento em torno de R\$ 22.000, 90% de valores integrantes da Parcela A (Custos não gerenciáveis sem cobertura tarifária) do ano de 2001. Adicionalmente, a diferença entre o bônus pago e a sobretaxa imposta a clientes que ultrapassaram a meta de consumo bem como o ressarcimento dos custos do programa de racionamento (Notas 6 e 24), está sendo realizada no curto prazo; A Administração da Sociedade espera, com as medidas já efetivadas e em curso, obter uma melhoria na sua liquidez corrente, bem como na rentabilidade das operações.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas emanadas da legislação societária brasileira, conjugada com a legislação específica aplicável aos concessionários de energia elétrica estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Adicionalmente às demonstrações contábeis acima referidas, a Sociedade está apresentando, nos Anexos I e II às notas explicativas, respectivamente, as demonstrações do fluxo de caixa e do resultado segregado por atividade, este, segundo critérios estabelecidos pela ANEEL.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Demonstrações contábeis da controladora

a) Aplicações no mercado aberto e títulos e valores mobiliários

Estão registrados ao custo acrescido das respectivas remunerações contratadas, auferidas proporcionalmente até a data do balanço, sendo reconhecida provisão para desvalorização ao valor de mercado, quando aplicável;

Continua...



b) Consumidores e Concessionários

Engloba o fornecimento de energia elétrica faturado e não faturado até 31 de dezembro, contabilizado com base no regime de competência, incluindo, também, acréscimos moratórios derivados de atraso por parte dos consumidores, bem como contas a receber referente a recomposição tarifária extraordinária;

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização dos créditos oriundos da atividade econômica da Sociedade;

d) Estoque

Os materiais em estoque, de operação e manutenção, classificados no ativo circulante e aqueles destinados a investimentos classificados no imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição;

e) Investimentos

A participação societária em controladas está avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão avaliados ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, líquidos de provisão para perda, quando aplicável;

f) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30/11/1994, às taxas constantes da tabela anexa à Resolução ANEEL nº 44, de 17/03/1999. Em função dos dispostos nas Instruções Gerais nº 35 e 36, do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. Conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica, o capital próprio aplicado em imobilizações em curso é remunerado à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, débito no imobilizado a crédito de Reservas de Capital, no Patrimônio Líquido;

g) Atualizações monetárias de direitos e obrigações

Os direitos e obrigações sujeitos a reajustes em função de variação monetária e cambial, por força contratual ou dispositivo legal, estão atualizados até a data do balanço. Os passivos em moeda estrangeira são convertidos para reais em função da taxa de câmbio reportada pelo Banco Central do Brasil (US\$ 1 = R\$ 2,3204 em 31 de dezembro de 2001 e US\$ 1 = 1,9554 em 31 de dezembro de 2000). O efeito líquido dessas atualizações está refletido no resultado do exercício;

h) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro real), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente – 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 8%, acrescida de adicional de 1%, vigente até 31/12/2003. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de créditos fiscais, a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas desses tributos que estarão vigentes na data de sua realização;

i) Obrigações vinculadas à concessão

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica (Nota 16) e representam, fundamentalmente, valores da União, doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador, as subvenções e contribuições recebidas de consumidores destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. A partir de 1º de janeiro de 1996, estas obrigações não estão sendo mais atualizadas pelos efeitos da inflação;

j) Fundos de pensão e outros custos de pessoal

A sociedade é patrocinadora da Fundação Enersul, que administra o fundo de pensão para seus empregados. Os custos relacionados ao fundo de pensão são registrados quando as contribuições ao fundo se tornam devidas e são baseadas em reservas matemáticas determinadas por atuário.

As participações nos resultados, devidas aos empregados, são registradas no resultado no período de competência, na rubrica receitas financeiras;

k) Lucro líquido por ação

Calculado com base no número de ações existentes na data do encerramento do balanço;

l) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando incorridas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida;

m) Estimativas

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas de contabilidade emanadas da legislação societária brasileira requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da ENERSUL e sua controlada, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A – CVA, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Provisão para Contingências e Planos de Aposentadoria e Pensão, o que é discutido respectivamente nas Notas Explicativas nºs. 5, 7, 15 e 20.

3.2. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem os balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado e das origens e aplicações de recursos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e de 2000 da ENERSUL, e de sua controlada Costa Rica Energética Ltda. As principais práticas adotadas de consolidação foram as seguintes:

- a) eliminação do investimento da controladora na empresa controlada;
- b) eliminação dos saldos das contas entre a controladora e a empresa controlada incluída na consolidação;
- c) destaque da participação dos acionistas minoritários no balanço patrimonial e na demonstração do resultado.

Em face da inexistência de resultados não realizados nas operações intercompanhias, o lucro e o patrimônio líquido na controladora são iguais aos do consolidado.

3.3. Novo ordenamento contábil

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, contendo o Plano de Contas, Instruções Contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas e financeiras, resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2002. A Administração da Companhia está avaliando os impactos da adoção deste novo instrumento.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Certificados de Depósitos Bancários - CDB.....	31	1.129	31	1.129
Outros.....	-	-	32	414
TOTAL	31	1.129	63	1.543

5. CONSUMIDORES E CONCESSIONÁRIOS

ATIVO CIRCULANTE	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Controladora e Consolidado	
				2001	Total 2000
CONSUMIDORES					
Residencial.....	13.559	8.370	441	22.370	25.473
Industrial.....	5.487	1.651	196	7.334	6.147
Comércio, Serviços e Outras Atividades.....	7.484	4.199	2.680	14.363	12.458
Rural.....	1.523	2.670	221	4.414	3.133
Poder Público:					
Federal.....	315	166	146	627	1.036
Estadual.....	980	105	38	1.123	932
Municipal.....	1.219	401	519	2.139	1.576
Iluminação Pública.....	1.392	829	3.033	5.254	1.994
Serviço Público.....	1.257	22	10	1.289	1.853
Ativo regulatório.....	21.557	-	-	21.557	-
Outros créditos.....	813	579	68	1.460	-
	55.586	18.992	7.352	81.930	54.602
CONCESSIONÁRIOS.....	48.544	-	-	48.544	8.533
	104.130	18.992	7.352	130.474	63.135
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO CONSUMIDORES					
Ativo regulatório.....	68.479	-	-	68.479	-
	68.479	-	-	68.479	-

Ativo Regulatório

Com base nas disposições contidas na Medida Provisória nº 14 na Resolução nº 91 da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica GCE, de 21 de dezembro de 2001, na Resolução nº 31, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, de 24 de janeiro de 2002 e na Resolução ANEEL nº 72, de 07 de fevereiro de 2002, a Companhia efetuou levantamento do montante da recomposição tarifária extraordinária aplicável a todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica, a ser reconhecido com o objetivo de retomada do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, através do ressarcimento das perdas de consumo observadas em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica – PRE, para o período compreendido entre 1º de junho a 31 de dezembro de 2001.

Em 27 de dezembro de 2001, foi publicada a Resolução ANEEL nº 646, de 21/12/2001, através da qual foi homologada a tarifa de energia elétrica da ENERSUL, em decorrência da recomposição tarifária extraordinária, da seguinte forma:

- 2,9% para clientes residenciais e rurais (exceto baixa renda);
- 7,9% para os demais clientes.

A recomposição tarifária extraordinária no valor de R\$ 90.036 (Controladora e consolidado) foi registrada em Consumidores e concessionários – ativo regulatório, no exercício de 2001 da seguinte forma:

a) Como receita de fornecimento o valor de R\$ 65.533 (Controladora e Consolidado) referentes à diferença entre a receita estimada, sem os efeitos da redução de consumo decorrente do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica e a receita auferida pela concessionária para o período supracitado, de acordo com os parâmetros definidos na Resolução nº 91 da GCE e na Resolução nº 31 da ANEEL;

b) Como receita de fornecimento o valor de R\$ 23.361 (Controladora e Consolidado) referentes ao montante a ser recuperado em decorrência do ressarcimento aos geradores, devido à energia livre, contabilizado com base em comunicado aos agentes, divulgado em 13 de março de 2002, pelo MAE;

c) O valor de R\$ 1.142 (Controladora e Consolidado), relativos aos valores recuperáveis de PIS/COFINS, incidentes sobre a energia livre, em contrapartida de Outros no exigível a longo prazo.

Tendo em vista se tratar de valor informado em caráter preliminar, o montante relacionado à energia livre poderá, ainda, sofrer alterações. Os valores definitivos a serem divulgados, deverão ser validados pela ANEEL, conforme previsto na Resolução nº 72, de 7 de fevereiro de 2002, através de solicitação de homologação a ser apresentada pela Companhia à ANEEL.

A recomposição tarifária extraordinária vigorará pelo período necessário à compensação do montante apurado.

Em 08 de março de 2002, a Companhia encaminhou à ANEEL os cálculos da recomposição tarifária, os quais estão sujeitos à validação pelo órgão regulador. Para que a Companhia tenha direito a essa compensação, renunciou a qualquer pleito judicial ou extrajudicial relativo aos fatos e normas concernentes ao Programa Emergencial de Redução do consumo de Energia Elétrica e à recomposição tarifária extraordinária, bem como aderiu aos acordos firmados entre os agentes do setor elétrico, conforme previsto pela Medida Provisória nº 14 e Resoluções nº 91, da GCE e nº 31, da ANEEL.

Será concedido à Companhia pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES, como forma de adiantamento da compensação relativa à tarifa extraordinária, no valor de aproximadamente 90% do montante a ser ressarcido. Os recursos advindos do faturamento da recomposição tarifária extraordinária aos clientes da Companhia serão integralmente destinados à quitação desse financiamento (Nota 24).

CONCESSIONÁRIOS

O montante de R\$ 48.544 (R\$ 8.533 em 2000), na controladora e no Consolidado, apresentado como Concessionários, corresponde, ao volume de energia comercializada no MAE, cujas atividades foram iniciadas em janeiro de 1999, exceto o mencionado na letra “D” abaixo.

O referido montante inclui:

a) O valor de R\$ 2.389 referente ao período compreendido entre setembro de 2000 a dezembro de 2000, registrado com base em estimativa divulgada pelo MAE em 15 de outubro de 2001, em caráter preliminar e sujeita a alterações e ajustes posteriores;

b) O valor de R\$ 45.617, referente ao período compreendido entre janeiro de 2001 a dezembro de 2001, registrado com base em estimativa divulgada pelo MAE em 13 de março de 2002, retificada em 19 de março de 2002, em caráter preliminar e sujeita a alterações e ajustes posteriores;

c) Para os meses de julho a dezembro de 2001, foi considerada a devolução integral das sobras de energia, conforme Acordo Geral do Setor Elétrico, para as distribuidoras pertencentes ao submercado sob racionamento;

d) O valor de R\$ 538, refere-se a suprimento convencional. Eventuais decisões das autoridades reguladoras do setor de energia elétrica, tanto quanto ao valor do ativo regulatório quanto ao valor a receber relativo a operações no MAE, poderão resultar em ajustes nos valores registrados pela Companhia.

6. REGIME ESPECIAL DE TARIFAÇÃO

Em conformidade com a Medida Provisória nº 2.147, de 15 de maio de 2001 e alterações posteriores, bem como das normatizações emanadas da GCE, a ENERSUL vem realizando o faturamento das sobretaxas impostas a consumidores que ultrapassaram as metas de consumo e, também, em contrapartida, a concessão de bônus àqueles que superaram suas metas de economia de consumo.

Os critérios de contabilização desses fatos, estipulados pela Resolução ANEEL nº 299, de 27 de julho de 2001, não produzem qualquer efeito no resultado da concessionária, devendo ser destacado que as parcelas correspondentes ao ativo circulante estão apresentados como consumidores e concessionários. Apresentamos, a seguir, a composição dos saldos em 31 de dezembro de 2001:

ATIVO	Controladora e Consolidado	
	2001	2000
Ativo circulante		
Saldo de Bônus [faturado (-) recebimentos].....	(2.233)	
Contas a receber de sobretaxa.....	2.129	
Parcelamento de sobretaxa.....	203	
	99	
Realizável a longo prazo		
Bônus faturado.....	13.737	
Custos do concessionário a reembolsar.....	3.427	
	17.164	
TOTAL	17.263	
PASSIVO		
Exigível a longo prazo		
Sobretaxa cobrada.....	6.749	
(-) ICMS s/ Sobretaxa.....	(1.341)	
(-) 2% para cobertura dos custos.....	(56)	
	5.352	
TOTAL	5.352	
SALDO A RECEBER – Ministério das Minas e Energia	11.911	

7. DESPESAS PAGAS ANTECIPIADAMENTE

Os contratos de concessão de distribuição de energia elétrica estabelecem, na composição das tarifas a serem praticadas pelas Concessionárias, valores para cada item de custos exógenos imputáveis à despesa operacional, integrantes da variável denominada de Parcela "A", da fórmula do "Índice de Reajuste Tarifário – IRT", demonstradas a seguir:

- Tarifa de repasse de potência proveniente de Itaipu Binacional;
- Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional;
- Quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis – CCC;
- Tarifa de uso das instalações de transmissão, integrantes da rede básica;
- Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos;
- Encargos de Serviços de Sistema – ESS;
- Energia comprada estabelecida nos contratos iniciais;
- Quota de Reserva Global de Reversão – RGR;
- Taxa de Fiscalização de serviço de energia elétrica; e,
- Encargos de conexão.

Com o advento das Medidas Provisórias nº 2.227 e nº 14, de 04 de setembro de 2001 e 21 de dezembro de 2001, respectivamente e da Resolução ANEEL nº 90, de 18 de fevereiro de 2002, foi instituída uma conta gráfica, para registro da compensação de diferenças, positivas ou negativas, entre o valor de cada item, desde a data do último reajuste tarifário e a de seu efetivo pagamento. O saldo apurado será acrescido de remuneração financeira baseada na taxa SELIC. Como consequência, a partir do exercício de 2001, com o advento da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A – CVA, foram registradas como despesas pagas antecipadamente de longo prazo o montante de R\$ 23.807 (controladora e Consolidado) majorado pelos valores recuperáveis de PIS e COFINS, no total de R\$ 1.110 (Controladora e Consolidado) relativo ao período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, que será recuperado em conjunto com o ativo regulatório, através da recomposição tarifária extraordinária (Nota 5). As diferenças apuradas no período de 25 de outubro a 31 de dezembro de 2001, que serão consideradas no reajuste tarifário de Abril de 2002, estão apresentadas como despesas pagas antecipadamente no ativo circulante no montante de R\$ 2.481 (Controladora e Consolidado) e no realizável a longo prazo R\$ 8.476.

8. CONTAS A RECEBER – UTE DE CAMPO GRANDE

A ANEEL, nos termos da Resolução nº 64, de 15 de abril de 1999, autorizou a ENERSUL a estabelecer-se como "Produtor Independente de Energia", mediante a implantação da primeira etapa da Usina Termelétrica Modular de Campo Grande, com potência total a ser instalada de até 151.800 kW. O saldo desta conta foi baixado neste exercício tendo em vista a transferência do financiamento do Deutsche Bank para a GERASUL, ver Nota 13.

9. CRÉDITOS FISCAIS

Os créditos fiscais demonstrados no Circulante, referem-se ao Imposto de Renda retido na fonte sobre Aplicações Financeiras, que estão sendo compensados com débitos tributários autorizados pela Secretaria da Receita Federal.

Os créditos fiscais incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos nos termos da Deliberação CVM nº 273, de 20/08/1998, tomando por base projeções de rentabilidade futura da empresa, tendo como expectativa de realização o prazo de 8 a 9 anos.

	Controladora e Consolidado	
	2001	2000
Prejuízo fiscal.....	326.261	408.903
Adições temporárias.....	36.922	32.369
	363.183	441.272
Alíquota de imposto de renda.....	25%	25%
Imposto de renda	90.796	110.318
Base negativa de Contribuição Social.....	218.079	307.853
Adições temporárias.....	23.342	12.800
	241.421	320.653
Alíquota.....	8%	8%
	19.314	25.652
Ajuste entre alíquota de constituição (8%) e de realização (9%).....	(868)	-
Contribuição social	18.446	25.652
TOTAL	109.242	135.970

10. INVESTIMENTOS
Participações societárias:
Avaliadas por equivalência patrimonial:

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
COSTA RICA ENERGÉTICA LTDA.....	9.481	9.354	-	-
Estudos e Projetos e outros investimentos.....	44	44	44	44
TOTAL	9.525	9.398	44	44

Informações adicionais sobre os investimentos avaliados por equivalência patrimonial:

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Espécie de quotas.....	quotas		quotas	
Quantidade total.....	14.318.185		14.318.185	
Quantidade da Enersul.....	7.302.274		7.302.274	
Percentual de participação.....	51%		51%	
Valor do capital social.....	14.318		14.318	
Valor do patrimônio líquido	18.667		18.418	
Resultado do exercício	2.129		2.073	
Valor do investimento.....	9.481		9.354	
Resultado da equivalência patrimonial	1.086		1.057	

11. IMOBILIZADO

	Controladora		Taxas anuais médias de depreciação 2001 (%)	Consolidado	
	2001	2000		2001	2000
EM SERVIÇO:					
Produção.....	54.175	54.110	2,82%	79.477	79.404
Distribuição.....	864.614	796.999	4,46%	864.614	796.999
Administração.....	107.348	96.939	7,53%	107.348	96.939
	1.026.137	948.048	4,69%	1.051.439	973.342
(-) Depreciação					
Produção.....	(37.562)	(36.035)		(39.707)	(37.421)
Distribuição.....	(306.432)	(275.709)		(306.432)	(275.709)
Administração.....	(36.613)	(29.418)		(36.613)	(29.418)
	(380.607)	(341.162)		(382.752)	(342.548)
	645.530	606.886		668.687	630.794
EM CURSO:					
Produção.....	46.614	13.559		47.180	13.559
Distribuição.....	71.697	79.665		71.697	79.665
Administração.....	7.214	11.074		7.214	11.074
	125.525	104.298		126.091	104.298
TOTAL	771.055	711.184		794.778	735.092

No ano de 2000, a taxa média de depreciação foi de 4,70%

Dos bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

A Sociedade detém concessões junto ao Órgão Regulador do Serviço Público de Energia Elétrica para a exploração de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no Estado de Mato Grosso do Sul, na quase totalidade de seus municípios. A concessão foi outorgada através de Decreto de 03 de dezembro de 1997, publicado no Diário Oficial da União de 04 de dezembro de 1997, com prazo até 04 de dezembro de 2027, podendo ser prorrogado na forma da lei.

CIRCULANTE
Fornecimento de Energia Elétrica:

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
ELETROSUL	1.172	1.076	1.172	1.076
GERASUL	12.786	8.825	12.786	8.825
ITAIPU	11.155	7.514	11.155	7.514
Transporte – Rede básica.....	2.784	2.338	2.784	2.338
MAE	8.168	1.980	8.168	1.980
Outras (Cesp, Celg, Cemat, Caiuá, Costa Rica).....	1.543	4.000	1.231	3.658
	37.608	25.733	37.296	25.391
Fornecedores de materiais e serviços	5.127	6.386	5.127	6.386
TOTAL	42.735	32.119	42.423	31.777

LONGO PRAZO
Fornecimento de Energia Elétrica:

Energia livre.....	23.361	-	23.361	-
	23.361	-	23.361	-

12. FORNECEDORES
MAE

O montante de R\$ 8.168 (R\$ 1.980 em 2000) na controladora e consolidado na rubrica MAE do circulante, R\$ 932 (R\$ 1.980 em 2000), corresponde ao volume de energia comercializada naquele Mercado, cujas atividades foram iniciadas em janeiro de 1999, bem como de R\$ 7.236 (R\$ 0,00 em 2000) referente a Encargos de Serviços de Sistema – ESS.

O valor de R\$ 932 refere-se ao período compreendido entre setembro de 2000 a dezembro de 2000, registrado com base em estimativa divulgada pelo MAE em 15 de outubro de 2001, em caráter preliminar e sujeita a alterações e ajustes posteriores.

Energia livre

A parcela de fornecimento de energia elétrica de longo prazo se refere à energia livre a ser ressarcida às geradoras (Nota 5).

Eventuais decisões das autoridades reguladoras do setor de energia elétrica, tanto quanto ao valor do ativo regulatório quanto ao valor a receber relativo a operações no MAE, poderão resultar em ajustes nos valores registrados pela Companhia.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora					
	2001			2000		
	Encargos	Circulante	Longo Prazo	Encargos	Circulante	Longo Prazo
Moeda Nacional:						
ELETOBRÁS ..(a) e (b)	415	21.126	43.156	69	20.780	44.573
BNDES ..(c)	291	13.466	66.123	945	4.923	77.011
B. Brasil – FCO.....(d)	199	-	20.000	-	-	-
Banco Bilbao Vizcaya BBVA.....(l)	249	15.996	-	222	17.926	-
Banco do Brasil S.A.....(l)	-	10.000	-	34	4.550	-
Banco Alfa.....(l)	138	30.550	-	194	14.810	-
Banco HSBC.....(l)	21	1.862	-	-	-	-
Citibank.....(l)	1.503	22.546	-	-	-	-
Fundação Enersul.....(k)	109	1.313	16.974	107	842	16.658
Outros.....	165	4.755	2.620	116	-	-
	3.090	121.614	148.873	1.687	63.831	138.242
Moeda Estrangeira:						
Banco BBA EIB.....(e)	196	-	37.591	154	-	29.331
Banco BBA FMO.....(e)	313	22.596	11.049	-	-	-
Deutsche Bank.....(f)	-	-	-	657	3.757	30.054
Secret.do Tesouro Nacional – STN.....(g)	464	884	33.179	465	745	28.705
UNIBANCO.....(j)	51	11.318	11.519	-	-	-
Banco BRADESCO ..(h)	60	11.549	-	-	-	-
Banco ITAÚ.....(i)	20	10.219	-	-	-	-
	1.104	56.566	93.338	1.276	4.502	88.090
	4.194	178.180	242.211	2.963	68.333	226.332
Banco BBA FMO – Longo prazo.....(e)	234	-	-	-	-	-
UNIBANCO – Longo prazo.....(i)	1.055	-	-	-	-	-
	1.289	-	-	-	-	-
TOTAL	5.483	178.180	242.211	2.963	68.333	226.332

Continuação...

	2001		2000		Consolidado	
	Encargos	Circulante	Principal Longo Prazo	Encargos	Circulante	Principal Longo Prazo
Moeda Nacional:						
ELETROBRÁS...(a) e (b)	547	21.728	47.909	168	21.469	49.759
BNDES.....(c)	291	13.466	66.123	945	4.923	77.011
B. Brasil – FCO.....(d)	199	-	20.000	-	-	-
Banco Bilbao Vizcaya – BBVA.....(m)	249	15.996	-	222	17.926	-
Banco do Brasil S.A.....(m)	-	10.000	-	34	4.550	-
Banco Alfa.....(m)	138	30.550	-	194	14.810	-
Banco HSBC.....(m)	21	1.862	-	-	-	-
Citibank.....(m)	1.503	22.546	-	-	-	-
Fundação Enersul.....(l)	109	1.313	16.974	107	842	16.658
Outros.....	165	4.755	2.620	116	-	-
	3.222	122.216	153.626	1.786	64.520	143.428
Moeda Estrangeira:						
Banco BBA EIB.....(e)	196	-	37.591	154	-	29.331
Banco BBA FMO.....(e)	313	22.596	11.049	-	-	-
Deutsche Bank.....(f)	-	-	-	657	3.757	30.054
Secret.do Tesouro Nacional – STN.....(g)	464	884	33.179	465	745	28.705
UNIBANCO.....(j)	51	11.318	11.519	-	-	-
Banco BRADESCO.....(h)	60	11.549	-	-	-	-
Banco ITAÚ.....(i)	20	10.219	-	-	-	-
	1.104	56.566	93.338	1.276	4.502	88.090
	4.326	178.782	246.964	3.062	69.022	231.518
Banco B.BA FMO – Longo prazo.....(e)	234	-	-	-	-	-
UNIBANCO – Longo prazo.....(j)	1.055	-	-	-	-	-
	1.289	-	-	-	-	-
TOTAL	5.615	178.782	246.964	3.062	69.022	231.518

Os financiamentos concedidos pela ELETROBRÁS destinaram-se ao Programa de Obras de Geração e Distribuição. As parcelas de amortizações mensais e trimestrais estão programadas até 15 de agosto de 2022, parte com e parte sem atualização monetária e taxas de juros de 6% a 12% a.a.

- a) As obrigações vinculadas ao financiamento, contratado junto à ELETROBRÁS, para construção da Usina Hidrelétrica de Costa Rica R\$ 5.487 estão sendo apresentadas como redução das dívidas de curto e longo prazos na controladora, tendo em vista a transferência do financiamento para a Costa Rica Energética Ltda.;
- b) O financiamento concedido pelo BNDES destinou-se ao Programa de Obras da ENERSUL de 1998 à 2000. A taxa de juros está vinculada à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, mais “spread” de 3,85% a.a., com carência de 24 meses e amortização em 78 parcelas mensais a partir de setembro de 2001. O financiamento do BNDES para a construção da Subestação Imbiruçu tem TJLP mais “spread” de 4,0% a.a. e amortização em 51 parcelas a partir de fevereiro de 2000;
- c) O financiamento concedido pelo Banco do Brasil – com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), destinou-se ao financiamento do Programa de Obras de 2001. A taxa de juros é de 11,20% a.a. com 108 parcelas de amortizações programadas a partir de dezembro de 2004 à novembro de 2013;
- d) O financiamento concedido pelo Banco BBA-EIB, destinou-se ao programa de Distribuição. A taxa de juros está vinculada a Libor trimestral, acrescida de 4 à 5% a.a., com carência de 36 meses e amortização em 11 parcelas semestrais a partir de junho de 2003 e término previsto para março de 2009. O BBA obteve linha de financiamento externo com Netherlands Development Finance Company – FMO, com amparo da Resolução BACEN nº 2.770, destinado ao programa de Obras de Distribuição. A taxa de juros é de 8,90% a.a. e variação cambial, as amortizações estão programadas a partir de março de 2002 à setembro de 2007. O BBA – FMO está protegido por Contrato de Obrigações Recíprocas decorrentes de variação de índices/ taxas (SWAP), contra eventuais oscilações da taxa de câmbio;
- e) Deutsche Bank foi transferido à responsabilidade da GERASUL, com a venda da UTE Campo Grande (Willian Arjona) – ver nota 08;
- f) O financiamento da Secretaria do Tesouro Nacional – STN (Dívida de Médio e Longo Prazo – DMPLP) destinou-se ao Programa de Investimento em Linhas e Subestações de Distribuição e incidem variação cambial e taxas de juros de 5,2% a 8,2% a.a.;
- g) O empréstimo junto ao BRADESCO foi destinado ao pagamento de fornecedores, com a taxa de juros de 7,30% à 8,40% a.a. e variação cambial, com liquidação em maio e junho de 2002, este empréstimo tem proteção por Contrato de Obrigações Recíprocas decorrentes da variação de índices/taxas (SWAP), contra eventuais oscilações da taxa de câmbio;
- h) O empréstimo junto ao ITAÚ foi destinado ao pagamento de fornecedores, com taxa de juros de 1,50% a.a. e variação cambial, com liquidação em parcela única em outubro de 2002, este empréstimo tem proteção por Contrato de Obrigações Recíprocas decorrentes da variação de índices/taxas (SWAP), contra eventuais oscilações da taxa de câmbio;
- i) O empréstimo junto ao UNIBANCO a longo prazo foi destinado, basicamente, para pagamentos de Fornecedores. Incide variação cambial e taxas de juros de 10,85% a.a. à 11,40% a.a. com amortização em parcela única prevista para março de 2004;
- j) O empréstimo com o UNIBANCO a Curto Prazo, captado em novembro/01, tem taxa de juros de 3,30% a.a. e variação cambial, com amortização em parcela única prevista para maio/2002, este empréstimo tem proteção por Contrato de Obrigações Recíprocas decorrentes da variação de índices/taxas (SWAP), contra eventuais oscilações da taxa de câmbio;
- k) Com relação a empréstimos da Fundação ENERSUL está indexado pelo INPC e juros de 10% a.a. com amortização prevista até junho de 2008 e os empréstimos de curto prazo, estão contratados a juros de mercado;
- l) Os financiamentos tomados junto às instituições financeiras BBVA, Banco do Brasil, Banco Alfa, HSBC e Citibank, foram destinados, basicamente, para a amortização de mútuos com a MAGISTRA e investimentos na Usina Termelétrica de Campo Grande e incidem encargos que variam de 102,5% a 106,5% do CDI;
- m) Os empréstimos com a ELETROBRÁS, BNDES e FCO, estão garantidos com contas vinculadas de seus recebíveis. Os empréstimos com a Secretaria do Tesouro Nacional STN estão garantidos por débito em conta, por recebíveis, pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e parte em caução em dinheiro. Os demais estão garantidos por notas promissórias;
- n) Composição dos empréstimos e financiamentos por moeda:

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Moeda Nacional.....	270.487	202.073	275.842	207.948
Moeda Estrangeira.....	149.904	92.592	149.904	92.592
TOTAL	420.391	294.665	425.746	300.540

o) Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos tiveram as seguintes variações percentuais:

Moedas/Indicadores	2001	2000
US\$ x R\$.....	18,67%	9,30%
IGP-M.....	10,37%	9,95%
INPC.....	9,44%	5,27%
TJLP.....	10,00%	9,75%

p) O vencimento das parcelas a curto e longo prazos, pode ser demonstrado como segue:

Vencimento	Controladora			Consolidado		
	Nacional	Estrangeira	Total	Nacional	Estrangeira	Total
2002.....	121.614	56.566	178.180	122.216	56.566	178.782
2003.....	24.992	11.012	36.004	25.400	11.012	36.412
2004.....	24.488	24.018	48.506	24.898	24.018	48.916
2005.....	20.348	12.056	32.404	20.756	12.056	32.812
2006.....	21.039	10.823	31.862	21.448	10.823	32.271
2007.....	21.854	8.742	30.596	22.263	8.742	31.005
2008.....	10.110	5.578	15.688	10.517	5.578	16.095
2009.....	5.060	1.952	7.012	5.468	1.952	7.420
2010.....	5.060	1.489	6.549	5.468	1.489	6.957
2011.....	5.060	1.489	6.549	5.468	1.489	6.957
Após 2011.....	10.862	16.179	27.041	11.940	16.179	28.119
TOTAL	270.487	149.904	420.391	275.842	149.904	425.746

q) De acordo com a Instrução Geral nº 36, do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica e a Instrução CVM nº 193, de 11/07/1996, foram transferidos para o ativo imobilizado em curso os seguintes valores:

	2001		2000	
	Geração	Distribuição	Total	Total
Encargos financeiros contabilizados no resultado.....	3.866	40.732	44.598	41.528
(-) Transferência para o imobilizado em curso.....	(3.866)	(7.110)	(10.976)	(9.572)
Efeito líquido no resultado	-	33.622	33.622	31.956
Efeitos inflacionários contabilizados no resultado.....	(1.051)	32.888	31.837	14.875
(-) Transferência para o imobilizado em curso.....	1.051	(2.632)	(1.581)	(4.154)
Efeito líquido no resultado	-	30.256	30.256	10.721

	2001		2000	
	Geração	Distribuição	Total	Total
Encargos financeiros contabilizados no resultado.....	4.375	40.732	45.107	42.046
(-) Transferência para o imobilizado em curso.....	(10.976)	(3.866)	(7.110)	(9.572)
Efeito líquido no resultado	509	33.622	34.131	32.474
Efeitos inflacionários contabilizados no resultado.....	(883)	32.888	32.005	14.992
(-) Transferência para o imobilizado em curso.....	1.051	(2.632)	(1.581)	(4.154)
Efeito líquido no resultado	168	30.256	30.424	10.838

14. COLIGADAS E CONTROLADAS OU CONTROLADORAS

	Controladora e Consolidado	
	2001	2000
Contas a pagar:		
ESCELSA.....	1.167	2.106
MAGISTRA.....	1.463	43.630
TOTAL	2.630	45.736

O saldo das operações com a MAGISTRA, parcela substancial amortizada neste exercício, referem-se a contratos de mútuo com vencimento para 30/03/2002, celebrados com base em taxas usuais de mercado. Os encargos financeiros R\$ 5.070, estão apresentados como despesas financeiras – encargos de dívidas. As operações com a ESCELSA correspondem basicamente a repasses de custo a ser reembolsado pela ENERSUL.

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingência	2001			2000		
	Valor da Provisão No exercício	Acumulada	Depósito Judicial	Valor da Provisão No exercício	Acumulada	Depósito Judicial
Longo prazo:						
Trabalhista.....	961	3.939	1.860	(220)	3.792	1.517
Cíveis.....	(1.039)	4.384	56	2.859	5.711	46
Fiscais.....	-	19.203	13.765	4.015	14.453	9.400
TOTAL	(78)	27.526	15.681	6.654	23.956	10.963

A administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de nossos consultores legais foram provisionados os valores relacionados aos processos judiciais, cuja probabilidade de êxito foi estimada como remota para a sociedade. Adicionalmente, existem processos de natureza cível e trabalhista em andamento num total de R\$ 455, sendo R\$ 22 cíveis e R\$ 433 trabalhistas, cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível.

Contingências Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas, que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração.

Contingências Cíveis

Englobam processos nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais. A Companhia é ré em ações judiciais em que são questionados os valores pagos por consumidor, provenientes da majoração de tarifas de energia elétrica, com base nas portarias do DNAEE nºs 38 e 45, de 27 de janeiro e 04 de março de 1986, respectivamente, durante a vigência do Plano Cruzado. Foi constituída provisão para contingências nessas ações no montante de R\$ 245 em 2001 (R\$ 345 em 2000).



16. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO

	Controladora e Consolidado	
	2001	2000
Contribuição do consumidor	22.687	13.384
Doações e subvenções	65.461	64.534
Participação da União	2.149	2.149
TOTAL	90.297	80.067

17. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

O capital social em 31 de dezembro de 2001 e 2000 é de R\$ 463.415. Estatutariamente a Sociedade está autorizada a operar com um capital de até 25.000.000 mil de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e com direito a voto e até 50.000.000 mil de ações preferenciais "A" ou "B", ambas nominativas, sem valor nominal e sem direito a voto. Deste total estão subscritas e integralizadas 53.137.012 mil de ações, sendo 20.754.648 mil ordinárias, 342.126 mil preferenciais "A" e 32.040.238 mil preferenciais "B", com a seguinte composição acionária percentual em 31 de dezembro de 2001:

	ON – %	PNA – %	PNB – %	Total – %
Magistra Participações S.A	87,86	76,39	50,40	65,20
Cypress Corporation	3,43	2,92	30,80	19,93
Pacific Overseas Investments Ltd	6,18	-	12,44	9,91
Fundação ENERSUL	1,76	-	1,14	1,37
Outros	0,77	20,69	5,22	3,59
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

Composição das reservas de capital e de lucros:

	Controladora e Consolidado	
	2001	2000
RESERVA DE CAPITAL		
Juros de obras em andamento	11.219	9.005
TOTAL	11.219	9.005
RESERVAS DE LUCROS		
Legal	2.936	587
Retenção de lucros	42.357	8.891
TOTAL	45.293	9.478

De acordo com o Estatuto da Companhia, são assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, para distribuição entre todos os acionistas. Em 2001 a Sociedade propôs distribuição de dividendos, no montante de R\$ 11.155, equivalentes a R\$ 0,19388, para as ações ordinárias, R\$ 0,87211 para as ações preferenciais "A" e R\$ 0,21327 para as ações preferenciais "B", por lote de mil ações, calculado como a seguir demonstrado:

	Controladora e Consolidado	
	2001	2000
Lucro líquido do exercício	46.970	11.742
Reserva legal	(2.349)	(587)
Lucro para base de cálculo dos dividendos	44.621	11.155
Dividendos	11.155	2.789

18. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora e Consolidado					
	Nº de Consumidores (*)		MWh (*)		R\$ mil	
	2001	2000	2001	2000	2001	2000
Fornecimento:						
Residencial	469.893	448.862	868.799	977.160	190.345	188.692
Industrial	4.731	4.775	617.742	592.886	71.890	61.473
Comércio, Serviços e Outras Atividades	51.653	47.366	522.771	557.514	100.512	93.957
Rural	39.969	34.036	250.648	265.840	29.985	26.823
Poder Público	5.164	5.186	116.132	131.456	22.498	22.007
Iluminação Pública	97	96	125.303	140.022	14.085	13.657
Serviço Público	625	590	139.669	139.724	14.118	12.398
Consumo Próprio	188	179	6.460	6.426	-	-
Fornecimento não Faturado	-	-	-	-	(877)	1.800
Ativo regulatório	-	-	-	-	88.893	-
TOTAL	572.320	541.090	2.647.524	2.811.028	531.449	420.807
Suprimento:						
Convencional	3	3	24.839	25.389	3.537	2.995
Curto prazo	-	-	-	-	46.245	10.387
TOTAL	3	3	24.839	25.389	49.782	13.382
TOTAL	572.323	541.093	2.672.363	2.836.417	581.231	434.189
ICMS	-	-	-	-	(78.714)	(75.675)
TOTAL	572.323	541.093	2.672.363	2.836.417	502.517	358.514

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CONTROLADORA E CONSOLIDADO

	Controladora e Consolidado			
	2001		2000	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	73.699	73.699	17.779	17.779
Adições:				
Provisões não dedutíveis	19.000	13.953	8.589	4.610
Outras	2.214	2.214	825	-
	21.214	16.167	9.414	4.610
Exclusões:				
Equivalência patrimonial	1.086	1.086	1.057	1.057
Provisões não dedutíveis – realização...	2.001	2.001	44.389	44.389
Depreciação/amortização – Lei nº 8.200/91	12.280	-	-	-
Outras	1.456	6.712	(37.146)	(37.657)
	16.823	9.799	8.300	7.789
Base de Cálculo	78.090	80.067	18.893	14.600
Compensação de 100% (créditos tributários anteriores a 1995)	(78.090)	(80.067)	(18.893)	(14.600)
Imposto devido	-	-	-	-

20. PLANO DE APOSENTADORIA

a) A Sociedade é patrocinadora da FUNDAÇÃO ENERSUL, sociedade civil sem fins lucrativos que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência oficial aos empregados da sociedade. Na qualidade de patrocinadora, a Sociedade contribui com uma parcela proporcional a dos participantes da FUNDAÇÃO ENERSUL em função dos planos de benefícios, limitada a 7% da folha de pagamento. No exercício de 2001, a ENERSUL contribuiu com R\$ 1.888 (R\$ 1.884 em 2000). A patrocinadora tem o compromisso em potencial junto à FUNDAÇÃO ENERSUL, representado pelo custo suplementar correspondente à parcela a amortizar relativa ao tempo de serviço anterior à criação da Fundação, considerado como tempo de contribuição, e que está sendo amortizada

por taxa suplementar ao longo dos próximos 12 anos e 9 meses. O valor estimado deste compromisso a ser incorrido ao longo do período, é da ordem de R\$ 22.533, calculado atuarialmente por atuário independente.

Apresentamos, a seguir, a demonstração comparativa das Reservas:

	Controladora e Consolidado	
	2001	2000
RESERVAS TÉCNICAS		
RESERVAS MATEMÁTICAS:		
Benefícios concedidos	42.790	35.258
Benefícios a conceder	25.080	29.402
Reservas a amortizar	(22.533)	(24.692)
TOTAL	45.337	39.968

SUPERÁVIT TÉCNICO

	Controladora e Consolidado	
	2001	2000
Reserva de contingências	77.488	65.737
FUNDOS	2.369	2.037
TOTAL	79.857	67.774

b) Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 371, de 13/12/0000, a partir de 01 de janeiro de 2002, as empresas de capital aberto serão obrigadas a contabilizar os passivos oriundos dos benefícios pós-emprego, com base nas regras estabelecidas no Pronunciamento NPC nº 26 do IBRACON. Para atendimento à essa exigência a ENERSUL, contratou atuários independentes para a realização de avaliação atuarial desses benefícios. Como decorrência dessa avaliação foi identificado que o plano de aposentadoria do tipo benefício definido é o único benefício pós-emprego oferecido.

c) As premissas atuariais utilizadas foram as seguintes:

- Taxa de desconto 6% a.a.
- Taxa de retorno esperado dos ativos 6% a.a.
- Crescimentos salariais futuros 3% a.a.
- Fator de capacidade – salários 100%
- Fator de capacidade – benefícios 98%

	Ativo Plano Previdenciário em 31/12/2001	
	2001	2000
Ativos a Serem Reconhecidos em 31/12/2001		
• Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas		(65.237)
• Valor justo dos ativos		101.535
Valor a ser reconhecido		36.298

d) A avaliação atuarial mostrou que, no Plano Previdenciário, o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas, em 31 de dezembro de 2001. A administração da Companhia, contudo, de maneira conservadora, optou por não registrar esse superávit, especialmente, por estar em fase de implantação de um novo plano previdenciário – Plano de Benefício II, constituído no formato "contribuição definida" na fase de capitalização e "benefício definido" na fase de utilização de benefícios, garantindo-se as aposentadorias de riscos na primeira fase do plano.

21. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Na rubrica de pessoal encontra-se incluído o valor de R\$ 2.225 (R\$ 1.760 em 2000), referente à remuneração dos administradores.

22. SEGUROS (Não auditado)

A sociedade conta com seguros com cobertura determinada em bases técnicas que levam em conta a natureza e o grau de risco, por valores considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e dos estoques. Em 31 de dezembro de 2001 os ativos estavam seguros contra sinistros por R\$ 117.834 (R\$ 115.558 em 2000), tendo sido pago um prêmio de R\$ 130 (R\$ 71 em 2000).

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM, através da Instrução nº 235, de 23 de março de 1995, estabeleceu mecanismo para divulgação, em nota explicativa, do valor de mercado dos instrumentos financeiros, reconhecidos ou não nas demonstrações contábeis.

Os negócios da Companhia compreendem a geração e distribuição de energia para os consumidores de sua área de concessão – o Estado do Mato Grosso do Sul portanto, os instrumentos financeiros significativos estão relacionados às seguintes transações:

- Os saldos de contas a receber e a pagar a longo prazo estão relacionados à recomposição tarifária extraordinária e, portanto, não estão sujeitos a ajuste a valor de mercado (Nota 5).
- As participações societárias em outras empresas, são em sua maioria de ações não cotadas no mercado.
- Os empréstimos da Companhia classificados no curto prazo, são em sua maioria para atendimento de seu capital de giro, e aproximam-se do valor de mercado na data do balanço. Para os empréstimos de longo prazo, por se tratarem, em sua maioria, de fontes de financiamento específicas, o valor de mercado não foi calculado de forma a obter o valor de negociação a taxas vigentes no mercado para contratos em condições e prazos similares. A Companhia adota a prática de celebrar contratos de "swap" junto a instituições financeiras, a fim de reduzir os riscos de taxa de câmbio e de taxa de juros, conforme comentado a seguir.

23.1. Risco de taxa de câmbio e Taxa de Juros

Iniciou neste exercício, para proteção de parte de seu passivo cambial, contraído através de empréstimos e financiamentos a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2001, operações com derivativos, representados por contratos de obrigações recíprocas (SWAP) com troca de índices, conforme mencionados nos itens "e, h, i e k" da nota explicativa 13. Estes índices são o IGP-M mais juros de 11,70% a 12,01% a.a. e CDI mais juros de 0,95% a.a. a 2,75% a.a. que provocaram uma despesa adicional de R\$ 6.905, registrada na rubrica de variações monetárias, em função da valorização do Real.

23.2. Risco de Crédito

Quanto ao risco de crédito, surge a possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber.

24. EVENTO SUBSEQÜENTE

24.1. Captação de recursos junto ao BNDES
De acordo com o programa emergencial e excepcional de apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica instituído pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a Companhia assinou em 19 de fevereiro de 2002, contrato de abertura de crédito de financiamento no montante de R\$ 71.553, para cobertura de parte da insuficiência de recursos, objeto da recomposição tarifária extraordinária, decorrente do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica.

Foi liberado pelo BNDES, R\$ 22.010, em 25/02/2002, parte do valor acima a título de adiantamento para cobertura das perdas e o aumento dos custos não gerenciáveis a ser recomposta pela tarifa extraordinária – vide nota 1.

Condições gerais do contrato:

- a) Prazo: 12 meses sem carência;
- b) Vencimento da 1ª parcela: março de 2002;
- c) Encargos: Juros de 1% a.a. acréscido da taxa SELIC;



- d) Garantia: Faturamento de recebíveis de energia elétrica;
e) Utilização dos créditos:
- Primeira parcela: foi sacada a parcela de R\$ 22.010, em 25 de fevereiro de 2002;
 - Demais parcelas: comprovação da aplicação da parcela já liberada no pagamento de dívidas vencidas junto aos agentes do setor elétrico;
 - Cumprimento dos prazos e definições pertinentes conforme determinações emanadas pela GCE/ANEEL;
 - Celebrar aditivo contratual visando compatibilizar o prazo de amortização com a vigência da recomposição tarifária.

24.2. Regime especial de tarifação

Em 24/01/2002, através do Despacho nº 24 do Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, foram aprovados os valores para repasse, pelo Ministério de Minas e Energia, nos termos do inciso IV do art. 2º da Resolução nº 65, de 06/11/2001, da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE.
O valor do repasse recebido em 1º de março de 2002, no valor de R\$ 7.921 é referente ao período de julho a dezembro de 2001 e não inclui os custos incorridos pela Concessionária no Programa.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Noronha Leal
Presidente

Adir Pereira Keddi
Alcir Augustinho Calliari

Izaltino Camozzato
Raul Toscano de Brito Neto

DIRETORIA

SÉRGIO PEREIRA PIRES
Diretor Econômico-Financeiro e
de Relações com Investidores

ANTÔNIO SOARES DINIZ
Diretor de Distribuição e
de Engenharia e Construção

CARLOS YOSHIO MOTOKI
Superintendente de Controladoria

DIOMEDES HIROCHI YASUNAKA
Gerente de Contabilidade Geral e Patrimonial
Contador – CRC MS 003.106 / 0-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

De acordo com as disposições legais e estatutárias os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A – ENERSUL, examinaram as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2001. Tendo apreciado, ainda, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes com seus destaques, relativos à normatização da ANEEL, bem como as informações e os esclarecimentos por eles prestados, são de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação e conseqüente aprovação dos Senhores Acionistas, em Assembléia Geral.

Campo Grande – MS, 28 de março de 2002.

Carlos Roberto Veroneze

Waldir Nascimento
Getúlio Reis Arrigo

Arlindo Soares Castanheira
Edison Rodrigues

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao

Conselho de Administração e Acionistas da
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL:

(1) Examinamos os balanços patrimoniais individuais (controladora) e consolidados da EMPRESA ENERGÉTICA DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – ENERSUL e controladas em 31 de dezembro de 2001 e 2000 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

(2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos das Sociedades; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração das Sociedades, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

(3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo (1) representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL e controladas em 31 de dezembro de 2001 e 2000, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio

líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira.

(4) Conforme comentado nas Notas 5 e 7, a Companhia registrou em suas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2001 ativos e passivos relacionados à comercialização de energia livre, com base em dados preliminares fornecidos pela Administradora do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – ASMAE. Adicionalmente, registrou contas a receber relacionadas a recomposição tarifária para o período de racionamento, bem como diferimento relativo à variação de valores da Parcela A (CVA) decorrentes da aplicação da Medida Provisória 14 (ainda sujeita à aprovação do Congresso Nacional) e Resolução 90 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e Resolução 91 da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE. Estes valores serão realizados através de aumentos tarifários extraordinários, aprovados por resoluções específicas da ANEEL, bem como através de inclusão do CVA na análise anual dos reajustes de suas tarifas, e ambos estão pendentes de revisão e homologação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Campo Grande, 26 de março de 2002

ARTHUR ANDERSEN S/C – CRC-2-SP-123-S-MS

Fernando Marotta

Sócio-Diretor Responsável

Contador – CRC-1-RJ-12.214-4"S"MS

Sérgio Pereira Pires Antônio Soares Diniz



ANDERSEN